

“Movimento positivo pode ser atingido com novas negociações”

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

Antes de deixar ontem o País em direção ao México, o presidente do conselho de administração do Chase Manhattan Bank, Thomas G. Labrecque, deixou um sinal de que há margem de manobra no processo de negociação da dívida externa brasileira: “Minha expectativa é de que soluções serão encontradas e quando o Brasil retomar a negociação (isso ocorrerá a partir de segunda-feira, em Nova York) um movimento positivo poderá ser atingido”, disse ele.

Labrecque citou a disposição dos bancos credores em aceitar um vínculo entre a emissão dos bônus representativos de parte dos atrasados e um acordo básico para a dívida de médio e longo prazos, já colocado na mesa de negociações. Segundo ele, a posição dos bancos deve ser entendida como um progresso, embora ainda não admitam vincular o pagamento “cash” de parte dos atrasados ao resto do acordo. De início, os credores pretendiam desvincular totalmente ambos — tanto o “cash” quanto os bônus dos atrasados — de um compromisso de solução para o estoque da dívida.

A nova posição dos bancos foi apresentada ao Brasil no mês passado e o negociador oficial da dívida externa, embaixador Jório Dauster, concorda em que representou um avanço, embora “não suficiente” para que se chegue a um entendimento. É preciso, conforme colocou o embaixador ontem a este jornal, acertar pontos que ainda não encontraram consenso, como, por exemplo, o percentual de juros em atraso a ser pago em “cash”. Como se sabe, o Brasil propôs pagar até dezembro 15% dos US\$ 8 bilhões de atrasados — correspondendo a cerca de US\$ 1 bilhão — em resposta ao pedido dos bancos de 33,3% “cash” dos atrasados, que representaria cerca de US\$ 2,664 bi-



Thomas G. Labrecque

lhões de dispêndio para as reservas internacionais do País em 1990.

Fontes da equipe negociadora consultadas por este jornal acham que o percentual de 15% seria “eventualmente aceitável” por parte dos bancos. O aspecto a ser contornado refere-se justamente à condicionalidade que o Brasil colocou de só desembolsar parte dos atrasados mediante um compromisso de acordo para o restante da dívida, mas pelas declarações de Labrecque ontem, a questão do vínculo do pagamento dos atrasados é, para os bancos, um ponto de inflexão.

“ATRASADOS PRIMEIRO”

“Pela posição da comunidade financeira — e acho que falo aqui em nome dos japoneses e também dos europeus — é importante resolver os atrasados primeiro”, declarou o presidente do Chase, para quem “não é possível que os atrasados sejam usados como alavanca na negociação”. Ele emendou, no entanto, sua colocação: “Por outro lado, nós acreditamos que a resposta do grupo dos bancos com certos elementos sobre como tratar os atrasados em termos de bônus (admitindo uma emissão posterior desses papéis, condicionada a um compromisso de longo prazo) permitiu um vínculo com os termos do acordo fi-

nal e foi desenhada para atender ao desejo do Brasil”, disse ele. O Chase é o segundo maior banco estrangeiro credor do Brasil, com uma posição US\$ 2,3 bilhões de créditos de médio e longo prazos.

Os bancos querem receber neste ano algum valor dos atrasados e o embaixador Dauster concorda em que a pretensão é legítima, mesmo considerando o fato de que as instituições norte-americanas não poderão apropriar os juros recebidos como receitas no próximo balanço, tendo em vista as regras impostas pelas autoridades reguladoras dos Estados Unidos, que ainda tratamos créditos junto ao Brasil como “value impaired” (valor prejudicado). Dauster destaca que a insistência dos bancos para um pagamento tem o sentido de evitar a propagação do exemplo, já que “o acúmulo de atrasados no mundo todo chega a US\$ 25 bilhões”, conforme contou.

RECURSOS DA RESERVA

Qualquer pagamento que o Brasil faça neste ano não terá relação com a capacidade de pagamento, conforme o conceito usado para orientar a proposta para os pagamentos futuros da dívida de médio e longo prazos. “O esforço fiscal feito em 1990 foi suficiente para gerenciar a política monetária e qualquer pagamento que se faça neste ano terá de ser feito com recursos da reserva internacional”, atestou o embaixador.

Depois de passar por Buenos Aires, Labrecque veio ao Brasil para uma estada de dois dias acompanhado do ex-presidente do conselho e atual presidente do comitê de assessoramento internacional do banco, David Rockefeller, e o responsável pela América Latina, Robert Murphy, com três objetivos: “Para visitar nossos empregados, para encontrar com nossos clientes e para encontros com mem-

bro do governo a quem enfatizamos a importância do setor privado no Brasil, além da criação de um superávit fiscal e um modelo econômico orientado para a competitividade e não mais um modelo fechado, orientado para a substituição de importações”.

Reprisou que o País precisa criar as condições para atrair o investimento estrangeiro, lembrando que David Rockefeller — nascido em 1915 — tem 42 anos de história de ligações com o País. O Chase Manhattan estabeleceu a primeira associação no Brasil em 1955 e tem hoje aplicados no País cerca de US\$ 100 milhões, representando o maior investimento do banco fora dos Estados Unidos.

A cúpula executiva do Chase esteve com o presidente Fernando Collor e com a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, na quarta-feira, e ontem se encontrou com o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris. Rockefeller fez uma retrospectiva da visão que tem do Brasil em quase meio século de ligações com o País, considerando que as relações com os Estados Unidos nunca foram tão boas quanto naquela época, da Segunda Guerra, quando Franklin Roosevelt era presidente e foi colocada em prática a política da chamada “boa vizinhança”.

Os governos não-democráticos na América Latina, as políticas econômicas protecionistas adotadas na região desde então e a ênfase que se deu às relações entre governos e não entre os setores privados do continente contribuíram, no entendimento de Rockefeller, para que o relacionamento entre os dois países tivesse piorado. Agora, acha que voltou a ser criada uma atmosfera democrática na América Latina, que tende novamente a estreitar o relacionamento com os Estados Unidos, ajudada pela política de Iniciativa para as Américas do presidente Bush.